

A atual reestruturação produtiva e a crise econômica global*

*Célia Regina Congilio Borges***

Resumo

O objetivo deste artigo é contribuir para a análise das mudanças em curso nos processos de trabalho. A crise do capitalismo, que aflorou nos anos 70, também desencadeou a crise das ideologias que sustentavam a hegemonia do capital. A Reestruturação Produtiva analisada como resultado de decisões políticas cujo objetivo é reconstruir os fundamentos ideológicos dessa hegemonia.

Introdução

No início dos anos 90, e num reflexo tardio do que ocorria em outros países, vimo-nos sacudidos por uma vaga otimismo que contagiou tanto os adeptos do capitalismo, quanto seus mais ferozes contestadores. Seduzidos pela difusão das novas tecnologias, as quais vinham sendo introduzidas, prioritariamente, nas grandes indústrias automobilísticas mundiais, celebravam, estes e aqueles, o advento da “Terceira Revolução Industrial”.

Na euforia do crescimento econômico japonês, conjecturas diversas passaram a pressupor o “fim” da sociedade moderna. Esse crescimento, que teve como suporte produtivo a aplicação de componentes microeletrônicos, exigiu uma racionalidade organizativa que se diferenciou da produção e série fordista, praticada no ocidente.

* As considerações aqui expressas têm como ponto de partida, comunicação apresentada na 48ª reunião da SBPC, de 7 a 12 de Julho/96 na PUC/SP.

** Socióloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP e membro do NEILS.

Instaurou-se, a partir daí, uma série de “crises paradigmáticas”, cujo eixo explicativo foi a idéia de que os modelos clássicos de análise social teriam se tornado inadequados para responder às novas realidades colocadas pela “globalização” da economia. Seus propositores defenderam que a categoria trabalho estaria deixando de ser o centro das análises das relações sociais.

Em diferentes abordagens resgatou-se que a racionalidade iluminista, sustentada pela categoria trabalho, fora o arcabouço teórico de análise da sociedade moderna. Com o avanço tecnológico e as novas formas de gerenciamento, concluiu-se que o trabalho não estaria mais cumprindo o papel mediador que edifica as relações entre os homens e entre estes e a natureza. Anunciou-se, dessa forma, o surgimento de uma sociedade “pós-moderna” que trazia, em si, grandes promessas emancipatórias.

Claus Offe, por exemplo, considerou que o conceito trabalho foi, entre fins do século XIX e a Segunda Guerra, o centro de elaboração das teorias sociais. Hoje, frente ao avanço tecnológico e a emergência de uma sociedade “pós-industrial”, o “paradigma” trabalho estaria cedendo lugar ao “paradigma da comunicação” (Offe,1989).

Para André Gorz, a introdução de novas tecnologias de base eletrônica estaria provocando um movimento de eliminação do trabalho humano e produzindo desemprego. Esse fenômeno estaria criando uma “não classe de não trabalhadores”, de forma que a categoria “não trabalho” passaria a ser o fator explicativo de uma nova análise social. Gorz também afirmou que, frente ao aumento do setor terciário, caracterizado pela produção de bens socialmente úteis, mas que não passam pelo processo de transformação próprio da produção industrial estaria em superação o “paradigma” marxista de análise do trabalho (Gorz,1982).

Formulada por Gorz, espalhou-se a idéia de que a redução do tempo necessário à produção, resultante dos novos processos tecnológicos, estaria provocando “metamorfoses” no mundo do trabalho. Estas abririam possibilidades, ainda que sob o comando do capital, de liberdade humana e de construção de uma nova sociedade, na qual seriam encontradas outras dimensões para o lazer. O homem, assim “liberto”, teria como horizonte uma outra subjetividade não mais centrada no trabalho, a se aqui encarado como o reino exclusivo de satisfação de necessidades (idem).

Enquanto as novas teorias eram rapidamente assimiladas nos meios universitários (afinal, o muro havia caído e os marxistas tornaram-se “jurássicos” de uma história em “fase terminal”), os trabalhadores, perplexos, assistiam a reversões profundas em suas conquistas. Direitos, arduamente adquiridos desde o surgimento do capitalismo, foram rapidamente solapadas, remetendo-nos às descrições de Marx, (aquele, cujos conceitos não mais se aplicavam às realidades atuais) ao relatar as condições de exploração a que

foram submetidos homens, mulheres e crianças nos primórdios do capitalismo.

Conforme assinalou Ricardo Antunes, tem sido facilmente observável, como resultado do desemprego, o crescimento constante da pobreza em seu mais absoluto caráter. Por outro lado, a desregulamentação do trabalho (a exemplo do que vem ocorrendo com o crescimento da prática dos contratos por tempo determinado), pela qual são eliminados direitos e encargos sociais; o implemento de novas formas de gerenciamento e controle sobre as formas de produzir bens e serviços; a desconcentração das grandes unidades fabris, facilitada pelos serviços terceirizados e pelo avanço tecnológico nas comunicações, são fatores que tem atingido com violência os trabalhadores. O efeito de tais acontecimentos são mudanças na “classe que vive do trabalho”, que tornam mais complexas suas formas de organização (Antunes,1995).

Enquanto isso, fusões financeiras têm permitido as maiores concentrações de capital e disparidades na distribuição de renda, já registradas na história do capitalismo. Não é muito lembrar que tais artifícios são facilitados pelas políticas estatais.

Conforme artigo de Marx Sommer¹, hoje, os 385 indivíduos e famílias mais ricos do mundo detém mais bens materiais do que 45% da população mais pobre do globo, ou seja, 2,5 bilhões de pessoas (...). Nos Estados Unidos, ainda o país mais rico do mundo, 1% da população hoje, detém mais de 40% da riqueza nacional, tendo duplicado sua participação em menos de 20 anos.

Ao mesmo tempo, apelos ideologizados procuram nos fazer crer, conforme expresso por Eduardo Galeano, que a pobreza é o justo castigo merecido pela ineficiência, ou simplesmente é um modo de expressão da ordem natural das coisas. A pobreza pode ser lamentada, mas não provoca mais indignação. Existem pobres devido às regras do jogo por fatalidade do destino (Galeano, 1996:70).

Passada a “euforia emancipatória”, o conceito de “desemprego estrutural” tornou-se bastante difundido pelos meios de comunicação. Entretanto, na atual conjuntura, decisões políticas, que objetivam atender interesses determinadas, assumem condição de inevitabilidade, como se estivéssemos diante de uma situação de catástrofe, provocada por elementos naturais. A “reestruturação flexível”, que envolve desde mudanças na organização produtiva até a desregulamentação total das relações de trabalho, é a panacéia apresentada como possibilidade única de conter esse quadro de tragédia provocado por “forças incontroláveis” da economia “global”.

¹ Gazeta Mercantil, 13.05.96.

Enquanto isso, alterações significativas acontecem no campo das relações de trabalho, principalmente naquelas que envolvem Estado, sindicatos e empresários. Em meio a um fogo cruzado de disputas em torno de interesses conflitantes, aos trabalhadores não restam muitas alternativas. Cercados por uma espécie de chantagem, parece que só lhes cabem aceitar as regras do jogo ou conviver com o desemprego, (embora nem mesmo a primeira condição evite necessariamente a segunda).

Patrões, sindicalistas e governo, unidos no mesmo apelo, prometem que o esforço de todos (sem mencionar o sacrifício de muitos) saciará a fome competitiva própria da necessidade de inserção na “nova ordem mundial”. Para além da superação do caos, o éden da sociedade informacional continua prometendo o paraíso para aqueles que forem suficientemente capazes de superar a tormenta.

Assim, em um contexto em que o avanço tecnológico propicia o maior aumento de produtividade registrado na história, o que sobressai, em nome da “competitividade mundial”, não é a diminuição do tempo de trabalho com a justa distribuição de fruição do lazer, como preconizaram estudos sobre as inovações tecnológicas. O que temos assistido é, sim, a redução incondicional da mão-de-obra, só que acompanhada da mais absoluta precarização das condições de trabalho. Simultaneamente, os empresários agem como se o fato de empregar fosse um ato de “benevolência”, o que desfigura a face real do contrato de trabalho e sua constituição como regra básica de sobrevivência da própria ordem econômica.

A dinâmica da economia mundial: parte integrante da investigação das mudanças nos processos de trabalho

O fato é que idéias abstratas como “globalização econômica” e “modernidade”, convivem e são relacionadas com práticas concretas de mudanças nas formas de produzir e fazer circular mercadorias. As tendências universalizantes das análises emancipatórias não consideram que o desenvolvimento das forças produtivas, sob o que se tem considerado como uma “Terceira Revolução Industrial”, tem se dado de maneira extremamente diversa. O arcaico convive com formas avançadas de produção, e o trabalho, na maioria das vezes levando ao esgotamento de quem o executa, ainda é o meio básico de realização do circuito de mercado.

O esforço capitalista em auferir maiores lucros, baseados em novos padrões concorrenciais, tem encontrado, no avanço tecnológico e na premissa da “qualidade” e “produtividade”, a razão de novas técnicas gerenciais, poupadoras do trabalho vivo. Este, porém, ainda é essencial à produção das mercadorias. Estas, por sua vez, cumprem papel vital na

manutenção e reprodução do sistema capitalista e das desigualdades políticas e injustiças sociais que lhes são inerentes.

Olhando por este prisma é impossível não estabelecer estreito vínculo entre os processos econômicos em curso com a atual Reestruturação Produtiva. Neoliberalismo e reestruturação produtiva são decisões políticas aplicadas em estreita associação com a crise do capitalismo mundial, sinalizada já nos anos 60 com o endividamento e o decréscimo na dinâmica de crescimento dos EUA. Essa crise estourou nos anos 70 com o choque do petróleo, a inflação e o esgotamento de determinantes estruturais do crescimento econômico.

Face a essa crise renasceram os ideais liberais do mercado e foram disseminados os princípios do neoliberalismo. As estratégias de estabilização econômica flexibilizadas pelo governo norte americano, FMI e Banco Mundial foram paulatinamente difundidas, até se concretizarem num “consenso” internacional”, o “Consenso de Washington”.²

Tais estratégias, ainda em curso, objetivam reduzir o tamanho do Estado e o déficit nas contas públicas, por intermédio das privatizações e cortes nos gastos sociais. A abertura dos mercados, (embora setores importantes da economia norte americana continuem protegidos), também faz parte do “consenso”, com o objetivo de obter a retomada dos investimentos externos e alavancar o crescimento econômico “global”.

Por outro lado, para que se viabilizasse um novo ciclo de expansão monetária, tornou-se necessário investir em novos processos e produtos, além de estimular a maior concorrência entre os capitalistas. Foram difundidos, então, os conceitos de “reestruturação produtiva” e “qualidade e produtividade”, que, incorporando ou não inovações tecnológicas na base produtiva, trouxeram grandes mudanças na forma de gestão do processo de trabalho.

Marx, ao examinar o capitalismo, mostrou como a relação mercantil oculta as desigualdades estruturais entre as pessoas. Por intermédio do fetiche da mercadoria, a relação entre pessoas aparece como mera relação entre as coisas, num processo “naturalizado” que dificulta um exame mais detalhado da violência da expropriação cotidiana do trabalho (Marx,1994).

Tais efeitos, mais do que nunca, são atuais, principalmente se considerarmos as extremas diferenças que envolvem o processo de fabricação

² O Artigo “Os Moedeiros Falsos de J.L.Fiore, publicado no caderno MAIS do Jornal Folha de S.Paulo (03.07.94), traz em detalhes as formulações contidas no “Consenso de Washington”, bem como as implicações políticas e econômicas de sua trajetória.

de um mesmo produto, ao longo de sua cadeia produtiva³. Aqui, o desafio maior consiste em localizarmos, desde que não nos tenhamos tornado míopes, qualquer mercadoria que como produto final, não contenha, em suas entranhas, o suor do trabalhador.

Tais formulações contrariam as idéias que vislumbram, na atual reestruturação produtiva, possibilidades emancipatórias. Porém, o eixo pelo qual estou me propondo a discutir “novas tecnologias” considera a extrema desigualdade na distribuição das conquistas tecnológicas. A emancipação do trabalho ainda é, e sob a lógica do sistema reprodutor de mercadorias não deixará de ser, privilégio de um número bastante reduzido de seres humanos.

Reestruturação Produtiva: entre o conceito e a ideologia

Para alguns autores, reestruturação produtiva apresenta-se como resultado do esgotamento de um ciclo de crescimento e de acumulação que se baseou no taylorismo/fordismo.

Aqui, entende-se taylorismo/fordismo não só como disposições técnicas e organizacionais, baseadas na divisão do trabalho e na produção em massa de bens padronizados. O sustentáculo do crescimento registrado no pós-guerra teria sido um “acordo societal”, cujo centro foi uma certa “barganha” entre capitalistas e trabalhadores. Estes, representados por um sindicato forte e corporativo teriam reconhecido, naqueles, o papel de proprietários e dirigentes. Os capitalistas, por sua vez, e por intermédio de regulações interativas com o Estado, teriam garantido salários e ganhos de produtividade que incorporaram os trabalhadores ao consumo de bens e serviços.

As novas tecnologias, ao mesmo tempo em que estariam proporcionando um avanço em relação ao fordismo, no que diz respeito ao controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho, implicariam ainda um salto de produtividade suficientemente grande para sacudir a crise capitalista mundial. Isso abriria precedentes para novos “acordos societais”, agora, mais vantajosos aos trabalhadores.

Nessa perspectiva surgiram as teorias que vislumbraram na nova configuração produtiva, possibilidades emancipatórias. Localizamos, pioneiramente na formulação dessas hipóteses, a “Escola de Regulação

³ Ver a esse respeito, pesquisa elaborada pela Revista Atenção, ano I, número 2, dez.95/jan.96. Os autores apontam a complexa cadeia de produção do aço, que envolve desde a artesanal fabricação do carvão, com utilização do trabalho escravo infantil, até as mais sofisticadas técnicas aplicadas nas grandes siderúrgicas nacionais e internacionais.

Francesca”, encabeçada por Michel Aglietta e Alain Lipietz⁴, seguida pela teoria da “Especialização Flexível”, apresentada por Piore e Sabel⁵.

Também B. Coriat, que desenvolveu críticas contundentes ao controle exercido sobre os trabalhadores, na forma de acumulação baseada no fordismo, deixou-se seduzir pelos “encantos” do “modelo japonês”. Defendeu, no seu último livro, a idéia de que, preservadas as formas de negociação conquistadas pelos operários na vigência do *welfare state* europeu, o “toyotismo” traz, em si, possibilidades de autonomia do operário frente ao processo produtivo (Coriat, 1993).

S. Clark questiona as concepções regulacionistas, para os quais, os limites impostos pela “inflexibilidade” do processo fordista de produção estaria abrindo precedentes para novos arranjos institucionais. Estes criariam condições para saídas “mais negociadas” com vistas à implantação das inovações tecnológicas. Enfim, novos processos produtivos trariam possibilidades de “acordos societários” onde predominaria a autonomia do trabalhador frente ao processo produtivo e uma nova harmonia social.

Para Clark, a flexibilidade já está presente nos fundamentos do próprio fordismo, não apenas enquanto possibilidades técnicas, mas também enquanto práticas econômicas sociais. O que se tem em curso, segundo o autor, não é a crise do fordismo, pois este sofre mutabilidades próprias conforme *os obstáculos que lhes são colocados, seja pelas crises de acumulação do capital ou pelas formas de resistência dos trabalhadores no que diz respeito às formas de controle que o capital exerce sobre o trabalho* (Clark, 1991:128).

O keynesianismo/welfarismo, sustentado politicamente pela social democracia, teria sido o resultado de um processo reestruturativo do capital que, para superar mais uma crise, estabeleceu novas formas de controle sobre o “trabalho coletivo”, representado pelos sindicatos corporativos do *welfare state*.

Da mesma forma, a atual reestruturação produtiva teria por objetivo restabelecer o controle do capital sobre o processo de trabalho. Esta seria a condição indispensável para que o capitalismo superasse, momentaneamente, a crise ora em curso (Clark, 1991). Se é discutível na argumentação do autor, a idéia de que as novas formas de organização do processo produtivo apresentam uma continuidade absoluta em reação ao fordismo⁶, havemos de

⁴ Explicitada em detalhes por S. Clark (1991).

⁵ idem

⁶ Se por um lado, os processos de mudanças envolvem continuidades que combinam uma produção fordista extremamente atrasada com outras bastante avançadas no que diz respeito à incorporações de novas tecnologias, não há como negar que apresentam também elementos de descontinuidades que alteram inclusive a natureza e a composição da classe trabalhadora. David Harvey sugere que sistemas de produção mais tradicionais, que resgatam práticas anteriores ao fordismo e que se

concordar com ele que essas teorias deram origem a novas utopias social-democratas. Aliás, mesmo setores expressivos de esquerda viram-se imbuídos por tais quimeras.

Muitos autores, considerando o capitalismo como vitorioso e inabalável, concluíram que a resposta central para superar a crise estaria em negociar a melhor forma da reestruturação produtiva. Lipietz, por exemplo, afirmou que os países que obtiveram maior sucesso na competição internacional, foram os que investiram nas mudanças de organização e incorporaram o envolvimento dos trabalhadores nos processos produtivos, através de “saídas mas negociadas”. Tais países estariam caminhando para o “pós-fordismo”, que expressaria a autonomia do trabalhador frente aos processos produtivos.

Amplamente aceitas até o início dos anos 90, hoje, frente aos efeitos provocados pela reestruturação produtiva, tais teorias estão sendo mais questionadas

Partindo da hipótese de que a reestruturação produtiva surge como resposta à crise que se explicita nos anos 70, outras interpretações têm buscado explicar as mudanças produtivas em curso como fator de amadurecimento das contradições gestadas pelo capitalismo, no decorrer do seu acelerado crescimento no pós-guerra. No bojo da crise econômica, as contradições evidenciariam, também, a crise das ideologias de sustentação da hegemonia burguesa.

A implantação das políticas neoliberais tornou necessário recompor as correlações de forças e estabelecer novos padrões de poder no interior dos Estados nacionais e rearticulando estes últimos no contexto do imperialismo global. Para que isso fosse possível, tornou-se necessário reestruturar as bases ideológicas da hegemonia capitalista.

Atual “reestruturação produtiva” no Brasil e o “sindicalismo de resultado”

É possível relacionar, no Brasil, considerados os argumentos acima, a reestruturação produtiva com o “sindicalismo de resultado”, corrente ideológica que teve forte expressão a partir de 87. Os líderes sindicais Rogério Magri, nos eletricitários e, Luís Antonio Medeiros, nos metalúrgicos de São Paulo, foram seus encabeçadores. Segundo Ozéas Duarte (1988:11), “O

apóiam em relações de trabalho artesanais, paternalistas e familiares, implicam mecanismos bem distintos de controle do trabalho do mesmo modo que aumentam a base social de ideologias de empreendedorismo, paternalismo e privatismo estabelecendo pois uma diferença que ele chama de transição do fordismo para a acumulação flexível (Harvey, 1993).

termo ‘sindicalismo de resultado’ que a imprensa cunhou, identifica uma corrente político-ideológica cuja presença tornou-se ostensiva, não só no âmbito sindical como no conjunto da política nacional”.

Duarte sugere que os propositores do “sindicalismo de resultado”, muito além das entidades que dirigiam, ocuparam importante papel no cenário político nacional. Teriam eles estabelecido a base de uma nova configuração ideológica que, diria, possibilitou um avanço significativo nas formas de controle do trabalho que estão se consolidando com a atual “reestruturação produtiva”.

Já em 1987, o “sindicalismo de resultado” expressava os princípios básicos do neoliberalismo, os quais se firmaram em 1990, com Fernando Collor. Não por acaso foi este último que lançou o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade. Ainda, em vigor, o PBQP mantém estreitos laços com o governo, técnicos e empresas do Japão. Por intermédio de seminários, documentos, palestras e debates, exprime, com vigor, uma tentativa de envolver num mesmo ideário produtivo, trabalhadores, empresários e governo.

Embora não seja possível desenvolver, no curto espaço deste artigo, análises mais aprofundadas acerca das afinidades do PBQP com o “modelo japonês”, é possível apontar, brevemente, algumas “coincidências” que, já em 87, confluíam para as articulações entre as políticas neoliberais, a reestruturação produtiva e o “sindicalismo de resultado”.

Primeiro é necessário lembrar que o governo Sarney, após a falsa moratória de fevereiro de 1987, efetuou todos os pagamentos atrasados da dívida externa, arrochou salários, conteve o consumo interno e deu início às privatizações das estatais. Tudo isso com o apoio manifesto (e fartamente documentado pela imprensa) de L.A.Medeiros e R. Magri, que viabilizaram, no período, um pacto social entre governo, sindicatos e empresários.

Contra uma central de trabalhadores ainda recente, a CUT, que incluía em suas bandeiras “socialismo” e “independência de classe” e mobilizava os trabalhadores, colocando na pauta de suas reivindicações, palavras de ordem gerais como o não pagamento da dívida externa, surgiu o “sindicalismo de resultado”. Este, ao mesmo tempo em que valorizava o pacto social proposto pelo governo, insistia em desqualificar o Estado como parceiro no entendimento entre capital e trabalho, propondo que “estes devem resolver suas questões da melhor forma possível, com o governo cada vez mais distante”.

Estão contidas, nas diversas declarações dos dois sindicalistas, divulgadas com profusão elogiosa pela imprensa no período entre 86/90, as propostas de desregulamentação das relações de trabalho que irão compor a

pauta do empresariado nacional. Estas, por sinal, já estavam sendo colocadas em prática no processo de reestruturação produtiva de outros países, particularmente, na Inglaterra, com Thatcher, e nos Estados Unidos, com Reagan.

Embora estudos mais detalhados sobre a vinculação entre o “sindicalismo de resultado” e a reestruturação produtiva ainda estejam por ser feitos, existe vasta e bem fundamentada literatura na qual estão estabelecidos os vínculos entre essa proposta sindical e o neoliberalismo.

Conclusão

De fato, inovações tecnológicas relevantes têm alterado o mundo econômico da produção de mercadorias. Elas exigem formas diferenciadas no gerenciamento do processo produtivo, assim como seu escoamento mercadológico.

Por outro lado, alterações geopolíticas modificaram o relacionamento entre países e trouxeram novos significados às formas de representação dos Estados nacionais, no contexto internacional.

Não resta dúvida que as transformações em curso exigem interpretações atualizadas no que diz respeito ao pensamento político contemporâneo, e, principalmente, àquele que envolve poder, ideologia e sociedade. Porém, ao apontarem para a emergência de uma sociedade “pós-moderna”, algumas concepções têm adotado uma visão apologética das novas tecnologias e, no mínimo, sugerem que estas possuem um caráter “naturalmente” emancipatório. Neste sentido, contribuem para a proliferação de alternativas ideológicas que justificam a exploração do trabalho.

Por intermédio dos “programas de qualidade total”, as empresas, para não perderem competitividade e lograrem êxito na interconcorrência mundial, buscam conquistar a adesão plena dos trabalhadores aos planos e metas de produção almejados pela gerência que os “responsabiliza, diretamente, pela capacidade de sobrevivência das empresas e, indiretamente, pela possibilidade de equacionamento da crise econômica, que vem agravando as condições sociais de vida” (L.Machado, 1994:7).

A “gestão participativa”, um dos pilares ideológicos dos novos métodos gerenciais, traz, na noção de “flexibilização”, a sua característica principal. Flexibilizam-se as estruturas operacionais e organizativas, as formas de contratação, as relações de mercado e outros aspectos diretamente relacionados ao mundo do trabalho. Essas mudanças ocorrem num processo de tal forma acelerado que os trabalhadores e suas organizações

representativas mal conseguem assimilar, e, assim, perdem conquistas relevantes de suas trajetórias de lutas.

Incorporando retoricamente reivindicações antigas dos trabalhadores acerca da fragmentação do saber, a gestão participativa aparenta possuir uma conotação de oposição ao “fordismo”. A característica deste é a produção parcelada, de forma que cada operário execute apenas uma parte mínima do trabalho, através de gestos que se repetem inúmeras vezes. Neste “modelo”, ao trabalhador não cabe pensar, mas apenas executar, enquanto a gerência determina todo o processo de execução do trabalho (Braverman, 1987).

O método da “gestão participativa” tem o objetivo de envolver os trabalhadores com o ideário da empresa. Ao ser introduzida a “flexibilização” na organização do trabalho, cria-se a aparência de que não há mais divisão entre concepção e execução do processo produtivo, uma vez que, aderente à noção, surge a idéia de “trabalho polivalente”. Ao contrário da especialização fordista, aqui ele passa a operar várias máquinas e são formados grupos de trabalho que opinam sobre a forma de realizar a rotina de trabalho. Os gráficos são afixados em quadros e os grupos competem entre si, para o alcance das metas definidas pela direção.

Como resultado, modificam-se os níveis hierárquicos (alguns autores chegam a afirmar que estes são eliminados ou reduzidos). Cabe aos grupos de trabalho, assim considerados “autônomos”, a responsabilidade pela execução do plano de produção. A gerência consegue, assim, eliminar muitos dos conflitos criados, anteriormente, pela intermediação dos chefes, cuja figura é, em muitos casos dispensável. Dessa forma consegue fazer com que o trabalhador se sinta responsável e integrado nos objetivos da empresa: produzir mais, com melhor qualidade e menores custos para aumentar a competitividade no mercado.

Tais práticas têm produzido a descaracterização das lutas de classes e configurado novas relações no poder que as articula. Como resultado, temos visto o retardamento de ações mais ofensivas dos trabalhadores frente aos efeitos perversos do acirramento da concorrência entre capitais.

Tentando refletir sobre as questões que envolvem poder e reestruturação produtiva, considero imperativo recolocar a discussão sobre a categoria trabalho, numa perspectiva onde as desigualdades econômicas se traduzem na impossibilidade de igualdade política. O suporte de tais diferenças encontra-se na alienação do trabalho, transformando em mercadoria vital para a reprodução do sistema.

Na contramão dos apologéticos que vislumbram um potencial emancipatório nas novas tecnologias, furtando-se ao questionamento do modo de produção vigente, outras reflexões têm sugerido que as mudanças

da organização produtiva, ao colocarem em primeiro plano o acirramento da competitividade internacional, não levam a interferência dos trabalhadores aos níveis de decisões sobre o planejamento global da produção. Ao contrário, acomoda uns e exclui a maioria, de forma a fragmentar ainda mais a solidariedade entre os trabalhadores.

Esses resultados se tornam ainda mais nefastos num momento em que o ideário neoliberal tem ganho a ofensiva e se armando, ideologicamente, com muito vigor. É o caso, por exemplo, das idéias de Fukuyama sobre o novo “fim das ideologias”, que são identificadas principalmente com as idéias de Marx. Estas, supostamente, teriam se tornado estereis como teorias explicativas da realidade social.

Fatores ideológicos têm obscurecido a visão de que a reestruturação produtiva, ao ser implantada buscando atender, prioritariamente, os interesses de competitividade do mercado internacional, tem provocado uma recomposição das relações de poder que se traduz, dentro e fora das empresas, por novos padrões de dominação política e ideológica. Estes, por sua vez, repercutem nas esferas de organização do Estado e nas relações que este estabelece com os trabalhadores, com os empresários e com o movimento sindical.

É nesse obscuro jogo no qual as desigualdades são naturalizadas que acho necessário lançar a discussão sobre reestruturação produtiva.

A competição global vem sendo acompanhada pelo reordenamento do Estado frente às necessidades do mercado, o que vem trazendo modificações nas relações de trabalho, de produção e de consumo. Portanto, envolve mais do que alterações de base técnica, “mas é também o resultado de decisões políticas e econômicas, tomadas de forma cada vez mais concentrada por alguns oligopólios e bancos globais e alguns governos nacionais”.

São atitudes que modificam profundamente as correlações de forças que ocorrem nas esferas de organização da sociedade. Por isso é fundamental que se compreenda esses fenômenos que, por sua vez, devem ser relacionados com a realidade do capitalismo. Sua espinha dorsal são as relações sociais de produção, mediadas pela compra e venda da força de trabalho.

O aprofundamento da exclusão, em caráter também “globalizado”, é exemplo expressivo de como a secular opressão, sofrida pelos que produzem riqueza se redefine para atender as necessidades de reprodução do capital.

Nesse contexto, a atual reestruturação produtiva tem desempenhado papel fundamental. Ela tem alavancado, com força ideológica dos argumentos

que a justificam, as novas formas de dominação requeridas pelo que se convencionou chamar de “globalização econômica”.

Bibliografia

- AGLIETTA, M. (1986). *Regulación y crisis del capitalismo*. México: Siglo Veintiuno.
- ANTUNES, R. (1995). *Adeus ao trabalho?* ensaios sobre metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez.
- BRAVERMAN, H.(1977). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. São Paulo:Zahar.
- BURAWOY,M. (1990). A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. *RBCS*, n. 13 ano 5 junho.
- CLARK, S.(1991). Crise do fordismo ou crise da social democracia? *Lua Nova*, 24.
- CARVALHO, R.Q e SCHMITZ, H.(1990). “O fordismo está vivo no Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*, n.27, julho.
- CORIAT,B. (1989). *A revolução dos robôs: o impacto socioeconômico da automação*. São Paulo: Buscavida.
- _____. (1990). *Pensar al revés: trabajo y organización de la empresa japonesa*. México: Siglo XXI.
- COUTINHO,L.G.(1993). “A terceira revolução industrial e tecnológica”. *Economia e sociedade*, n.1. Campinas.
- DIEESE (1993). “os trabalhadores frente a terceirização”. *Pesquisa Dieese*, n7. Julho.
- DUARTE, O. (1988). *Os mercados de ilusões: análise crítica do “sindicalismo de resultado”*.São Paulo. Brasil Debates.
- FLEURY, A. C. e VARGAS, N (1996). “Aspectos conceituais”. In: *Organização do trabalho*. São Paulo: Atlas.
- GALEANO,E.(1995/1996). “Notícias de ninguém”.*Atenção*, ano I, n.2, p.70.
- GIANNOTTI, V. (1994). *Medeiros visto de perto*. São Paulo: Brasil Urgente.
- GORZ, A. (1987). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense.
- HARVEY, D. (1989). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

- HIRATA, H. (org).(1993). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Edusp.
- HIRATA, H. *et alli*. (1991). *Alternativas sueca, italiana e japonesa ao paradigma fordista: elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro*. São Paulo: IEA/USP.
- KATZ,C.; BRAGA,R. e COGGIOLA, O.(1995). *Novas tecnologias: critica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã.
- MACHADO, L. e FIDALGO, F. (org) (1995). *Controle de qualidade total: uma nova pedagogia do capital*.Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista.
- MARX, K. (1994). O Capital. Livro I, Vol.1/2.São Paulo: Civilização Brasileira.
- _____. (1994). “Maquinária e trabalho vivo: os efeitos da mecanização sobre o trabalhador”. *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1983). “Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana”. *Grandes Cientistas Sociais*, n.36. São Paulo: Ática.
- MATTEOS, S. B. (1995/1996). “Nossas crianças: a sucata do progresso”. *Atenção*. Ano I, n.2.pp. 8 a 16.
- OFFE, C. (1989). *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense.
- SALERNO, M.S. (1991). *Flexibilidade, organização e trabalho operário: elementos para análise da produção na indústria*.Tese de doutorado. Poli/USP, 1991.
- TAYLOR, F. (1985). *Princípios da administração científica*.São Paulo: Atlas.